



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS RURAIS LITORAL E CAMPOS DE CIMA DA SERRA NO RIO GRANDE DO SUL

Taís Martins da Silva¹
Fernanda Camboim Rockett²
Gabriela Coelho-de-Souza³

Resumo

A política de Desenvolvimento Territorial tem como um dos seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar presente nos Territórios Rurais reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vai ao encontro desta política ao exigir a obrigatoriedade da aquisição de, no mínimo 30%, de alimentos provenientes de agricultores familiares na Alimentação Escolar dos municípios, priorizando-se agricultores locais, seguidos de agricultores do território rural. Por estes avanços serem recentes, o papel do PNAE como agente fortalecedor desta política ainda não está bem elucidado. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir de indicadores educacionais, de recursos, de produção e de abastecimento das escolas, analisando as potencialidades e

Recebimento: 4/9/2016 • Aceite: 9/6/2017

¹ Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: martinsds.tais@gmail.com

² Doutoranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: fernandarockett@gmail.com

³ Doutora em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: gabriela.coelho@pq.cnpq.br

limitações do programa na dinamização do desenvolvimento dos Territórios Rurais Campos de Cima da Serra e Litoral, no Rio Grande do Sul. Para tal, foi realizado levantamento de dados em plataformas do OBSSAN-RS, do FNDE, referentes ao Censo Agropecuário, de 2006, e Censo Escolar, de 2014, respectivamente. Também foram realizadas entrevistas com Nutricionistas responsáveis pela Alimentação Escolar em 43,2% dos 37 municípios pertencentes aos Territórios Rurais. Observou-se que a compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE é realizada em todos os municípios analisados, entretanto ele não é priorizado pelos gestores municipais como estratégia para o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas. Produção e Consumo de Alimentos. Escolas.

TERRITORIAL DEVELOPMENT AND NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM IN RURAL TERRITORIES OF LITORAL AND CAMPOS DE CIMA DA SERRA RURAL TERRITORIES, IN RIO GRANDE DO SUL

Abstract

The Territorial Development Policy has as one of its objectives the strengthening of family farming present in Rural Areas recognized by the Ministry of Agrarian Development. The National School Feeding Programme (PNAE) meets this policy by requiring the compulsory acquisition of at least 30% of food from family farmers in the School Feeding municipalities, giving priority to local farmers, followed by farmers in the territory rural. For these are recent advances, the role of PNAE as strengthening agent of this policy is not well elucidated. Thus, the aim of this study is to analyze the implementation of the National School Feeding Programme from educational indicators, resources, production and supply of schools, analyzing the potential and limitations of the program in boosting the development of Rural Areas dos Campos de Cima da Serra and Litoral, in Rio Grande do Sul.

To do this, it performed data collection platforms such as the RS-OBSSAN, the ENDF, for the Agricultural Census, 2006, and School Census, 2014, respectively. Interviews were also conducted with nutritionists responsible for School Feeding in 43.2% of the 37 municipalities belonging to the Rural Areas. There was buying food from family farms by PNAE is held in all municipalities analyzed, though he is not prioritized by municipal managers as a strategy for strengthening the territorial development.

Keywords: Food and Nutritional Security. Public Policies. Food Production and Consumption. Schools.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado desde a década de 30, é o mais antigo programa brasileiro na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ao longo de sua evolução, diversas transformações culminaram na aproximação da produção da agricultura familiar à comunidade escolar, como consumidora. Essa aproximação fortaleceu a construção da política em SAN no Brasil, sendo um de seus programas centrais. Do mesmo modo, a política de desenvolvimento territorial, existente desde a década de 1990, passou a incorporar o PNAE como política de seu escopo.

A alimentação escolar, conhecida inicialmente como “Merenda Escolar”, foi implementada pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social no Governo do Presidente Getúlio Vargas, no ano de 1940 (SILVA, 1995). Em 1945 a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) foi instalada com os objetivos de construir a Política Nacional de Alimentação (SILVA, 1995). Essa comissão institucionalizou o Programa Nacional de Merenda Escolar (PME), no ano de 1945, o qual transformou-se em Campanha Nacional de Merenda Escolar (SILVA, 2006). O programa tinha como um dos seus objetivos melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, melhorando, assim, o rendimento escolar (TRICHES, 2010). A campanha expandiu-se rapidamente, e em 1968, dados oficiais já registravam uma cobertura de 9,5 milhões de crianças, que correspondiam a 75% das matrículas no ensino fundamental (SILVA, 1995).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a maior parte da verba do programa e dos alimentos oferecidos para os escolares eram provenientes de organismos internacionais. Além disso, o programa apresentava outras limitações como a falta de preocupação com a adequação cultural, a aceitabilidade dos alimentos oferecidos à população escolar, a descontinuidade no atendimento, a má qualidade dos alimentos oferecidos e a restrição a uma única refeição diária (TRICHES, 2010; PEIXINHO et al., 2011).

Nesse período, o Brasil ainda passava por um processo de expansão das cidades e das indústrias. Assim, a produção agrícola voltou-se aos interesses do capital industrial, principalmente para absorver os insumos e os meios de produção, na forma de tratores e equipamentos. A agricultura familiar, que tinha como objetivo a produção de alimentos básicos, avançava com dificuldades, sem apoio governamental (ROCHA, 2012).

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foi criado em 1972, vinculado ao Ministério da Saúde e assumindo atribuições da extinta CNA (ARRUDA; ARRUDA, 2007). Os atributos

do INAN eram: formular a Política de Alimentação e Nutrição, propor o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e promover, fiscalizar e avaliar seus resultados (SILVA, 1995). Um dos principais desafios do PRONAN era a política de fortalecimento do agricultor familiar, responsável por grande parte do abastecimento de alimentos no Brasil. Para tal, o programa contava com a garantia de compra da produção, a fim de desencadear uma transformação no rural. Para isso, foi necessário rever as diretrizes relativas a subsídios, créditos, financiamento, assistência técnica, pesquisa e preços mínimos (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

Também, a partir do PRONAN, no ano de 1979, a Merenda Escolar passou a ser denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob o comando do Ministério da Educação e Cultura (SILVA, 1995; VASCONCELOS, 2005; PEIXINHO et al., 2011), o qual permaneceu até o ano de 1983, quando foi assumida pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE). A FAE foi extinta em 1997, e, então, o PNAE passou a ser coordenado pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) (SANTOS; SANTOS, 2007), que passou a ser o responsável pela transferência automática dos recursos financeiros do programa para os estados e municípios, consolidando a descentralização (TRICHES; SCHNEIDER, 2010; BRASIL, 1998). No ano de 1994 a alimentação escolar passou a prever a participação comunitária na política, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) nos municípios (PEIXINHO et al., 2011; BRASIL, 1994).

A partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), o Estado passou a “assegurar o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estadual e municipal” (PEIXINHO et al., 2011). Nesse mesmo ano, em consequência da reivindicação de agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), o qual dois anos depois, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi reformulado dando origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob comando do Ministério da Agricultura.

Em 1999, o programa foi incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em que foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser o guarda-chuva institucional de diversas linhas de ação do PRONAF e de outros programas ligados à agricultura familiar (SCHNEIDER, MATTEI; CAZELLA, 2004).

Em 2001, foi estabelecida a primeira forte aproximação entre as políticas de desenvolvimento territorial e de segurança alimentar e nutricional, a partir da obrigatoriedade da destinação de 70% dos recursos provenientes do FNDE para a aquisição de gêneros básicos, devendo-se respeitar os hábitos alimentares regionais, a vocação agrícola do município e promovendo o desenvolvimento local (SARAIVA et al., 2013; BRASIL, 2001).

Em 2003, no início do governo Lula, foi lançado o Programa Fome Zero, como a política de segurança alimentar e nutricional no país. Esse programa constituiu-se em uma política intersetorial envolvendo todos os Ministérios, bem como fomentando a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (VASCONCELOS, 2005).

A aproximação definitiva entre a política de SAN e a política territorial se deu em 2009 com a obrigatoriedade de, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE, serem destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar local, preferencialmente orgânicos, priorizando-se assentamentos da reforma agrária e as comunidades tradicionais (SARAIVA et al., 2013). Essa inovação abriu precedentes para a construção de mercados para agricultores familiares locais, de forma direta, através das compras institucionais para a alimentação escolar, e, de forma indireta, por ser um instrumento que possibilita a organização dos agricultores, os quais ganham maior visibilidade no mercado local, podendo assim inserirem-se em feiras, entre outros espaços favoráveis a esta comercialização (FERNANDES, 2013).

Neste sentido, o PNAE visou a atingir um dos objetivos complementares do programa, que é dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda (BRASIL, 2014). Objetivo este sobreposto à política de desenvolvimento territorial. Em 2015, o FNDE reconheceu as propostas de venda de grupos do território rural como preferencial, após os agricultores locais. Esse reconhecimento é a aproximação definitiva entre o PNAE e a política territorial, a qual é mais recente do que a de Segurança Alimentar e Nutricional, e foi impulsionada no início do Governo Lula, no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), junto ao MDA. Essa nova secretaria formulou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que tinha como objetivos o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos

Territórios Rurais, além do fortalecimento e dinamização das suas economias (TURPIN, 2008).

No Brasil, atualmente, são reconhecidos 239 territórios rurais abrangendo 3.568 municípios (64,3% do total do país), reunindo mais de 76 milhões de brasileiros. No estado do Rio Grande do Sul foram reconhecidos 18 territórios rurais e da cidadania, incluindo 432 municípios, o que corresponde a 87% do total do estado. No âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial o PNAE é um dos programas que compõem o leque daqueles ofertados no Plano Safra 2014/2015, dentre as políticas territoriais. A finalidade do Plano é estimular, ainda mais, a produção de alimentos, buscar a garantia de renda ao produtor e a estabilidade de preços ao consumidor. Nesse contexto, a valorização do PNAE, como uma das políticas centrais do Plano Safra, evidencia a transversalidade de ações e cooperação entre os agentes locais e esferas superiores. Desse modo, o programa é um mecanismo de inserção dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais no mercado institucional com o objetivo de minimizar a pobreza e a exclusão social no rural, ao mesmo tempo em que propõe maior empoderamento dos atores e circulação de recursos nos municípios e território (TURPIN, 2008; CAVALCANTI, WANDERLEY; NIEDERLE, 2014).

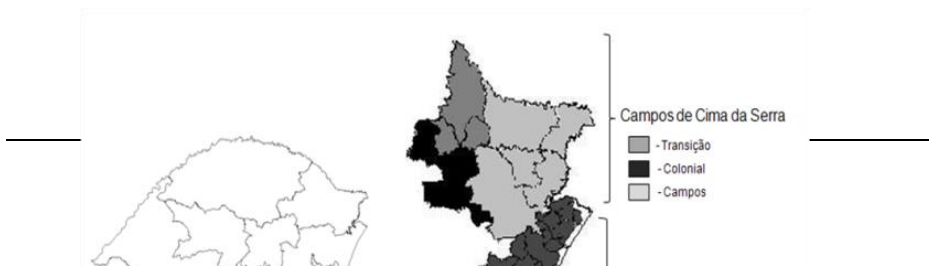
De acordo com a [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação](#), os programas de alimentação escolar são fundamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade social, tendo em vista que provém alimento seguro e sustentável aos menores em idade escolar, além de contribuir com a formação de capital social, via participação de pais, professores e autoridades locais, e para a mobilização de recursos locais por meio da compra de alimentos de pequenos produtores e utilização de recursos originários da comunidade (BELIK; CHAIM, 2009).

Apesar da política de desenvolvimento territorial e de segurança alimentar e nutricional destinarem papel central ao PNAE (SILVA, 2006), ainda são escassos estudos que elucidem os resultados da implantação desse programa como política territorial. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir de indicadores educacionais, de recursos, de produção e de abastecimento das escolas, analisando as potencialidades e limitações do programa na dinamização do desenvolvimento dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral, no Rio Grande do Sul.

Metodologia

Os Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra (CCS) e do Litoral foram reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável no ano de 2013 (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2013). Eles se localizam na região nordeste do Rio Grande do Sul e, apesar de cada território pertencer a uma identidade territorial, compreendem a uma diversidade ecológica, social e econômica, que permite a sua divisão em 6 microrregiões (Figura 1), definidas conforme Coelho-de-Souza et al. (2015). No território CCS foram delimitadas as microrregiões: a) Colonial, b) Transição e c) Campos. Todos os indicadores utilizados para caracterizar as microrregiões se referem ao ano de 2010. A microrregião Colonial inclui os municípios de Caxias do Sul, São Marcos, Antônio Prado e Ipê (ordenados pelo indicador: maior contingente populacional). Sua delimitação se justifica pela localização na encosta da Serra Geral, predominância da Floresta Estacional Decidual e colonização majoritariamente italiana. Essa microrregião é a mais populosa, com 627.501 habitantes, em função da presença do município de Caxias do Sul, que apresenta 435.564 habitantes e é um dos maiores polos industriais do Estado. Também é a microrregião com maior IDH 0,759, mesmo sem a inclusão de Caxias do Sul (IDH 0,751).

Figura 1: Microrregiões dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e do Litoral.



Fonte: COELHO-DE-SOUZA et al. (2015), adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano.

A microrregião Transição inclui os municípios de Vacaria, Canela, Monte Alegre dos Campos e Campestre da Serra. O ecossistema presente é o mosaico Campo-Floresta, com predominância dos Campos de Cima da Serra. A identidade está associada ao gaúcho e aos imigrantes italianos, por isso a denominação da microrregião como Transição. A microrregião Campos refere-se aos municípios de São Francisco de Paula, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São José dos Ausentes. Apesar de semelhante à Microrregião Transição, os solos são rasos e derivados de basalto sequência ácida. Além disso, a localização, na borda do Planalto e as elevadas altitudes são fatores que concorrem para a alta pluviosidade, baixas temperaturas e baixa fertilidade dos solos, conferindo um ecossistema submetido a condições ambientais drásticas, conseqüentemente menos produtivo do ponto de vista agrícola. Nesta microrregião predomina a identidade do gaúcho e é a região apresenta o menor IDH, 0,665.

No Território Rural Litoral foram delimitadas 3 microrregiões: a) Encosta, b) Beira-mar norte, e, c) Litoral Médio (CASTRO; MELLO, 2013; COELHO-DE-SOUZA et al., 2015). A microrregião Encosta compreende onze municípios (tabela . O ecossistema predominante é a Floresta Ombrófila Densa, que atinge 850m de altitude (CASTRO; MELLO, 2013). O território apresenta: a) relevo acidentado, onde é realizada agricultura de subsistência e produção de banana e açai-juçara, em sistemas agroflorestais; b) áreas de varzea ao longo dos rios e entre as lagoas, utilizadas para a produção de olericultura, e os

corpos d'água relacionados à produção de pescado. É a região com maior população rural, cerca de 42.674 habitantes no ano de 2010, o que representava a média de 62%, da população dos municípios, variando de 29% a 92% da população do município. Este último indicador pertencente ao município de Itati.

A microrregião Beira-mar norte compreende os municípios de Capão da Canoa, Tramandaí, Osório, Torres, Imbé, Cidreira, Xangri-lá, Balneário Pinhal e Arroio do Sal. O ecossistema predominante consiste nas áreas de formação pioneira da planície costeira de origem flúvio-lacustre-marinha, predominando as restingas. As principais atividades econômicas referem-se à produção de arroz nas lagoas, energia eólica e ao turismo de verão, momento do ano em que a população triplica. Caracteriza-se por ser a microrregião com a menor população rural, 6.382 habitantes, o que representa 2,4%, em média, da população total dos nove municípios, variando de 0,1% a 7,3%. Essa escassez de pessoas no rural também se deve ao fato de que as áreas rurais foram adquiridas como sítios de lazer, por serem próximas ao Litoral. Ao mesmo tempo, atores rurais importantes presentes são os quilombolas e Mbyá-Guarani que possuem territórios próprios (COELHO-DE-SOUZA, PERUCHI; KUBO, 2013).

As microrregiões Encosta e Beira-mar Norte são complementares na relação rural-urbano, a Encosta produz agricultura e comercializa para as cidades litorâneas, deslocando também mão-de-obra, principalmente, na estação do verão. A microrregião Litoral Médio compreende os municípios de Capivari do Sul, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul. O ecossistema é semelhante ao da microrregião Beira-mar Norte. Entretanto, por estar localizado entre o mar e a Lagoa dos Patos, essa microrregião está exposta a ventos fortes que tornam as condições de agricultura drásticas. As principais produções agrícolas são o arroz, a pecuária e a agricultura de subsistência. Esta microrregião apresenta forte presença étnica, principalmente quilombola, mas também indígena (COELHO-DE-SOUZA et al., 2015).

A presente pesquisa centrou-se em indicadores referentes: a) produção de alimentos municipal, por meio do Censo Agropecuário 2006; b) educacionais, obtidos do Censo, ano de 2014; c) programa nacional de alimentação escolar, a partir do banco de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativos ao ano de 2014. Para descrever os indicadores de abastecimento dos produtos da agricultura familiar nas escolas municipais e para caracterizar a execução do PNAE, foram contatados os nutricionistas, responsáveis técnicos pela gestão da alimentação escolar, dos 37 municípios

presentes nos territórios. Com aqueles que apresentaram disponibilidade para participar da pesquisa, foi realizada uma entrevista com questões sobre o abastecimento dos alimentos da alimentação escolar pela agricultura familiar, percentual de aquisição dos produtos da agricultura familiar, gestão dos recursos e implementação do PNAE no município. Os alimentos produzidos pela agricultura familiar e os consumidos nas escolas, produzidos pela agricultura familiar, foram organizados nos oito grupos de alimentos: Feijões, Cereais, Raízes e Tubérculos, Legumes e Verduras, Frutas, Castanhas e Nozes, Leite e Queijos e Carnes e Ovos, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Os resultados foram analisados nos níveis de microrregiões e territórios, buscando caracterizar a execução do PNAE nos territórios.

Resultados e Discussão

Os territórios apresentaram desenvolvimento humano semelhante no ano de 2010, avaliado pelos indicadores renda, longevidade e educação (IDH), o território Campos de Cima da Serra (CCS) apresentou 0,707 e o território Litoral 0,706 (figura 2). As microrregiões que apresentaram maior desenvolvimento humano foram a Colonial (0,759) e Beira-mar norte (0,738). Por outro lado, as microrregiões com menor desenvolvimento humano foram Campos (0,665), onde o município de Jaquirana apresentou o menor IDH 0,614, e Encosta (0,682), cujo município de Mampituba apresentou IDH de 0,649.

No território dos Campos de Cima da Serra encontram-se as maiores desigualdades, representadas pelas microrregiões Colonial - com maior IDH e população total -, e a dos Campos - com menor IDH. Apesar disso, é na microrregião Transição que o município de Monte Alegre dos Campos apresenta o menor IDH do território, com valor de 0,65. Todos os municípios implantam o PNAE. O território CCS apresentou 99.054 alunos e 307 escolas, resultando em uma taxa média de 322 alunos/escola. Por outro lado, o território Litoral apresentou 75.872 alunos em 342 escolas estaduais e municipais, resultando em uma taxa média de 222 alunos/escola (Tabela 1).

Dos 37 municípios que compõem os Territórios Rurais, 16 participaram da pesquisa fornecendo dados primários. Do Território Rural Campos de Cima da Serra participaram sete municípios; representando a microrregião Colonial: São Marcos e Antônio Prado; da microrregião Transição: Vacaria, Canela e Campestre da Serra; microrregião Campos; Bom Jesus e Cambará do Sul. Do Território

Rural Litoral participaram nove municípios. Da Encosta: Santo Antônio da Patrulha, Três Cachoeiras e Terra de Areia; da microrregião Beira-mar Norte: Capão da Canoa, Osório, Cidreira, Balneário Pinhal e Arroio do Sal, e da microrregião Litoral Médio: Tavares.

Dos municípios analisados, apenas 16,75% apresentaram o CAE não atuante nas discussões sobre a aquisição da agricultura familiar. O CAE tem a função de exercer o controle social da alimentação escolar, acompanhando a execução do programa desde o recebimento dos recursos até a prestação de contas. Através da atuação do CAE é possível promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos (REBRAE, 2010). Dessa forma, fica explícito o papel dos conselhos como agente promotor, regulador e facilitador da compra de produtos da agricultura familiar. A exemplo do estudo de TRICHES (2010), o CAE é uma importante ferramenta para discussões e negociações da temática da agricultura familiar, criando possibilidades de interfaces dos diferentes atores interessados.

Tabela 1: Indicadores populacionais, de Desenvolvimento Humano e educacionais, dos municípios dos territórios Campos de Cima da Serra e Litoral.

Microrregião	Municípios	População total 2010	População rural	% população rural	IDHM	Escolas Estaduais (n)	Escolas Estadual	Escolas Municipais (n)	Escolares Municipal	Total Escolas (n)	Total Escolares	
Campos de cima da Serra												
Transição	VACARIA	61.342	4.003	6,5	0,721	11	6.399	25	5755	36	12.154	
	CANELA	39.229	3.398	8,7	0,748	7	4.003	23	3803	30	7.806	
	CAMPESTRE DA SERRA	3.247	2.016	62,1	0,706	2	267	3	320	5	587	
Colonial	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	3.102	2.457	79,2	0,650	2	134	6	578	8	712	
	CAXIÁS DO SUL	435.564	16.158	3,7	0,782	56	29.129	85	33571	141	62.700	
	SAO MARCOS	20.103	2.505	12,5	0,768	6	1934	8	1647	14	3.581	
Campos	ANTONIO PRADO	12.833	3.598	28,0	0,758	4	1241	3	835	7	2.076	
	IPE	6.016	3.103	51,6	0,728	3	502	4	555	7	1.057	
	SAO FRANCISCO DE PAULA	20.537	7.533	36,7	0,685	11	3116	17	1233	28	4.349	
	BOM JESUS	11.519	2.926	25,4	0,666	4	178	6	739	10	917	
	CAMBARA DO SUL	6.542	3.501	53,5	0,697	3	811	6	584	9	1.395	
	JAUQUIRANA	4.177	1.747	41,8	0,614	2	447	2	495	4	942	
SAO JOSE DOS AUSENTES	3.290	1.228	37,3	0,663	2	261	6	517	8	778		
Litoral												
Beira-mar norte	CAPA DA CANOA	42.040	253	0,6	0,743	4	3622	19	6341	23	9.983	
	TRAMANDAI	41.585	1.008	2,4	0,719	6	3524	20	5922	26	9.446	
	OSORIO	40.906	2.989	7,3	0,751	9	5297	25	3538	34	8.835	
	TORRES	34.656	1.316	3,8	0,762	10	4221	14	2507	24	6.728	
	IMBE	17.670	9	0,1	0,764	2	1275	18	3521	20	4.796	
	CIDREIRA	12.668	408	3,2	0,729	2	1239	9	2096	11	3.335	
	XANGRILHA	12.434	55	0,4	0,735	1	365	7	2579	8	2.944	
	ARROIO DO SAL	7.740	231	3,0	0,740	2	763	7	1284	9	2.027	
	BALNEARIO PINHAL	2.513	1.223	48,7	0,696	1	626	10	2316	11	2.942	
	Encosta	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	39.685	11.571	29,2	0,759	24	4144	29	3122	53	7.266
		TRES CACHOEIRAS	10.217	2.716	26,6	0,718	5	1088	3	737	8	1.825
		TERRA DE AREIA	9.878	4.683	47,4	0,689	1	702	7	1470	8	2.172
		CARAA	7.312	6.254	85,5	0,652	5	607	6	619	11	1.226
MAQUINE		6.905	4.841	70,1	0,682	5	937	8	448	13	1.385	
RIOZINHO		4.330	1.582	36,5	0,661	1	406	9	525	10	931	
Litoral Médio	MORRINHOS DO SUL	3.182	1.882	59,1	0,711	2	276	3	195	5	471	
	MAMPITUBA	3.003	2.435	81,1	0,649	3	171	3	306	6	477	
	TRES FORQUILHAS	2.914	2.529	86,8	0,662	1	251	5	265	6	516	
	ITATI	2.584	2.372	91,8	0,669	3	360	6	161	9	521	
	DOM PEDRO DE ALCANTARA	2.550	1.809	70,9	0,691	2	265	2	135	4	400	
	MOSTARDAS	12.124	3.981	32,8	0,664	4	982	13	1567	17	2.549	
	PALMARES DO SUL	10.969	1.166	10,6	0,715	4	1003	10	1359	14	2.362	
TAVARES	5.351	2.052	38,3	0,656	1	641	6	365	7	1.006		
CAPIVARI DO SUL	3.890	660	17,0	0,766	2	522	3	597	5	1.119		

Fonte: Censo Demográfico 2010; Censo Escolar 2014

A gestão dos recursos repassados pelo FNDE é realizada de forma centralizada, ou seja, a Entidade Executora (EE) do programa, que na maior parte dos casos é a Prefeitura Municipal, realiza as compras e distribui para as escolas. Resultados semelhantes foram encontrados por Belik e Souza (2009), em que nos dois anos de gestão analisados pelo autor, a maioria das escolas (87,7% em 2004 e 83,2 em 2005) executa o programa de forma centralizada. Segundo o mesmo autor, algumas das vantagens dessa forma de gestão são a possibilidade de realizar um controle eficaz de todo o processo e a garantia de que a qualidade dos produtos e dos cardápios seja mantida em todas as escolas do município. Além disso, a EE pode adquirir os alimentos com preço reduzido, devido ao maior volume comprado. Por outro lado, a gestão centralizada exige da EE uma equipe específica e espaço físico destinado à execução do programa.

Tabela 2: Características do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas microrregiões dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral do Rio Grande do Sul.

Microrregião	Municípios	Número de nutricionistas	Recursos financeiros	Tipo de gestão	Procedimento para compra da AF	% da aquisição da AF nas escolas municipais	CAE efetivo/Não efetivo	Compra de produtos orgânicos/agroecológicos
Campos de cima da Serra								
Colonial	ANTONIO PRADO	1	88.780	centralizada	chamada pública	31,18	sim	sim
Colonial	SAO MARCOS	1	267.894	centralizada	chamada pública	33	sim	não
Transição	CAMPESTRE DA SERRA	1	16.128	centralizada	chamada pública	**	sim	sim
Transição	CANELA	2	498.094	centralizada	chamada pública	30,38	não	sim
Transição	VACARIA	2	605.720	centralizada	chamada pública	22,57	sim	sim
Campos	BOM JESUS	1	122.960	centralizada	chamada pública	32,2	não	sim
Campos	CAMBARÁ DO SUL	1	71.120	centralizada	chamada pública	24,57	sim	não
Litoral								
Beira-mar norte	ARROIO DO SAL	1	111.520	centralizada	chamada pública	30	sim	sim
Beira-mar norte	BALNEARIO PINHAL	1	201.900	centralizada	chamada pública	**	sim	sim
Beira-mar norte	CAPAO DA CANOA	1	773.820	centralizada	chamada pública	30	sim	sim
Beira-mar norte	CIDREIRA	1	218.580	centralizada	chamada pública	**	sim	sim
Beira-mar norte	OSORIO	1	462.140	centralizada	chamada pública	33,8	sim	sim
Encosta	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	453.460	centralizada	chamada pública	58,43	sim	não
Encosta	TERRA DE AREIA	1	114.960	centralizada	chamada pública	33	sim	sim
Encosta	TRES CACHOEIRAS	2	75.920	centralizada	chamada pública	44,31	sim	sim
Litoral Médio	TAVARES	1	33.860	centralizada	chamada pública	2,3	sim	não

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Legenda: AF – Agricultura Familiar; CAE – Conselho de Alimentação e Nutrição; **: Dados não informados pelo Nutricionista.

Todos os municípios realizam a compra dos alimentos através de Chamada Pública, instrumento que facilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar, conforme disposto na resolução nº 38/2009 do FNDE, que dispensa o processo licitatório. Os preços apresentados na chamada pública são previamente definidos pela EE e devem obrigatoriamente refletir os preços de mercado local. Dessa forma, fica assegurado ao agricultor a garantia de pagamento de um valor justo por sua mercadoria. Estudo realizado por Triches (2010b) em dois municípios do estado do Rio Grande do Sul, Rolante e Dois Irmãos, demonstrou que o processo licitatório, procedimento utilizado para realizar as compras antes da implantação da resolução anteriormente citada, favorecia apenas mercados varejistas e atacadistas, que na maioria das vezes não tinham comprometimento com a qualidade do produto fornecido. Além do fato de a maioria destes não ser fornecedor local, dessa forma, não fomentando a economia da região.

Dos municípios analisados, somente Osório apresenta uma Escola de Educação Indígena e uma Escola localizada em território de comunidades remanescentes de quilombos. A presença dessas escolas não foi mencionada pelo Nutricionista do município. Os escolares de diferentes etnias são reconhecidos pelo governo federal tendo acesso a valores diferenciados para a alimentação escolar. No território CCS não há escolares indígenas ou quilombolas e no território Litoral há cinco escolas onde frequentam escolares indígenas e oito escolas que frequentam quilombolas, sendo que destas, cinco situam-se no município de Maquiné, conforme dados do Censo Escolar 2014.

Avaliando-se os territórios, percebemos que a diversidade de alimentos produzidos em ambos é semelhante, sendo 51 variedades no território CCS e 50 no território Litoral. Ressalta-se que estes dados correspondem somente aos municípios avaliados neste estudo. A microrregião que possui a maior variedade de produção é a microrregião Colônia (CCS), 49 itens, seguido da região Beira-mar Norte (Litoral), com 39 itens. A microrregião que apresenta menor variedade de produção é a região Campo (CCS), com 14 itens. Cabe ressaltar que a Microrregião Colônia, que apresentou produção mais diversificada, também é a Microrregião que apresenta o maior DH, assim como a microrregião Campos, que tem a produção menos diversificada, apresenta o menor IDH.

Os grupos de Alimentos produzidos pela agricultura familiar em ambos os territórios são: Cereais, Legumes e Verduras, Frutas, Castanhas e Nozes, Leite e Queijos e Carnes e Ovos, Raízes e Tubérculos. No Território CCS destacam-se os grupos de Feijões, Leites e Queijos, Carnes e Ovos, Frutas e Legumes e Verduras, que possuem alimentos produzidos em todos os municípios. O grupo dos Cereais é produzido em quase todos os municípios do território, exceto Antônio Prado. O grupo de Raízes e Tubérculos é produzido por quatro municípios, dois pertencentes à microrregião Transição e dois à microrregião Colonial.

No território Litoral, o grupo dos Cereais é produzido por cinco, dos nove municípios avaliados. Além disso, há maior produção de legumes e verduras e também de carnes e ovos neste território, em todas as microrregiões, sendo que o último está presente em todos os municípios avaliados. O grupo dos Leites e Queijos é produzido em seis municípios do território e o das Frutas em seis municípios, sendo que destes, três são da microrregião Encosta. O mesmo ocorre com o grupo das Castanhas e Nozes, onde há produção somente em três municípios, todos da Microrregião Encosta. O grupo de Raízes e Tubérculos é produzido em pelo menos um município de cada microrregião.

A porcentagem média de aquisição de gêneros da agricultura familiar foi de 28,9% nos municípios do território Campos de Cima da Serra, sendo que os maiores valores foram encontrados para o município de São Marcos, que atingiu 33% e Vacaria, que atingiu 22,57%. Ambos os municípios estão situados na microrregião Transição. Ressalta-se que a produção da agricultura familiar no município de São Marcos foi mais diversificada (30 itens) em relação ao município de Vacaria (24 itens). No território Litoral, a porcentagem média foi de 33,1%, destacando-se os municípios de Santo Antônio da Patrulha, situado na microrregião Encosta, onde a porcentagem foi de

58,3%. Por outro lado, o município de Tavares, situado na microrregião Litoral Médio, a porcentagem foi a mais baixa encontrada nos territórios, representando 2,3%.

Nesse município, os obstáculos citados pela Nutricionista para a realização das compras da agricultura familiar foi a falta de organização da Agricultura Familiar e de formação dos atores envolvidos no processo. Percebe-se que, embora haja, no PNAE, previsão de aquisição de alimentos produzidos por grupos informais locais de agricultores familiares, essa informação não é considerada pela prefeitura deste município, distanciando a possibilidade de implantação do programa como política de dinamização territorial. Ao mesmo tempo, doze municípios das microrregiões Transição, Colonial, Beira-mar Norte e Encosta relataram adquirir produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar.

A aquisição está condicionada às exigências de controle de qualidade estabelecidas pelo programa, fator que incentiva os produtores a oferecerem produtos agroecológicos. De acordo com Wilkinson (2004), os alimentos orgânicos/agroecológicos começam a se constituir em uma espécie de convenção de qualidade, dessa forma, tornando-se componentes chave na produção da agricultura familiar, por seu caráter de saudabilidade e produção com conservação da biodiversidade e do ambiente.

No que se refere aos alimentos adquiridos para a alimentação escolar (Gráfico 1, Tabela 3), Feijões, Raízes e Tubérculos, Legumes e Verduras e Frutas, são os alimentos produzidos pela agricultura familiar que abastecem as escolas dos dois territórios. Ressalta-se que os grupos dos cereais, castanhas e nozes (no caso amendoim) e leite e queijos são produzidos pela agricultura familiar de ambos os territórios, mas em geral, não são adquiridos pelo PNAE. Em ambos territórios, no grupo dos Feijões há produção em doze municípios porém, somente sete municípios adquirem esse produto na alimentação escolar.

O grupo dos Cereais, apesar de ser produzido por dez municípios, somente quatro fornecem para a alimentação escolar. No grupo de raízes e tubérculos, quatorze municípios possuem produção desse grupo de alimentos pela agricultura familiar. Ao mesmo tempo, 68,75% dos municípios são abastecidos pela AF.

No grupo de Legumes e Verduras, que é o mais diversificado e a produção pela agricultura familiar chega a atingir 40 itens, também é o que possui maior número de alimentos comercializados para a alimentação escolar. Apesar disso, o consumo dos gêneros produzidos localmente ainda é baixo. Fato semelhante ocorre no grupo das Frutas,

onde, apesar de 13 dos 16 municípios consumirem alimentos deste grupo, o consumo de produtos produzidos no município ainda é baixo, limitando-se ao máximo de dez itens.

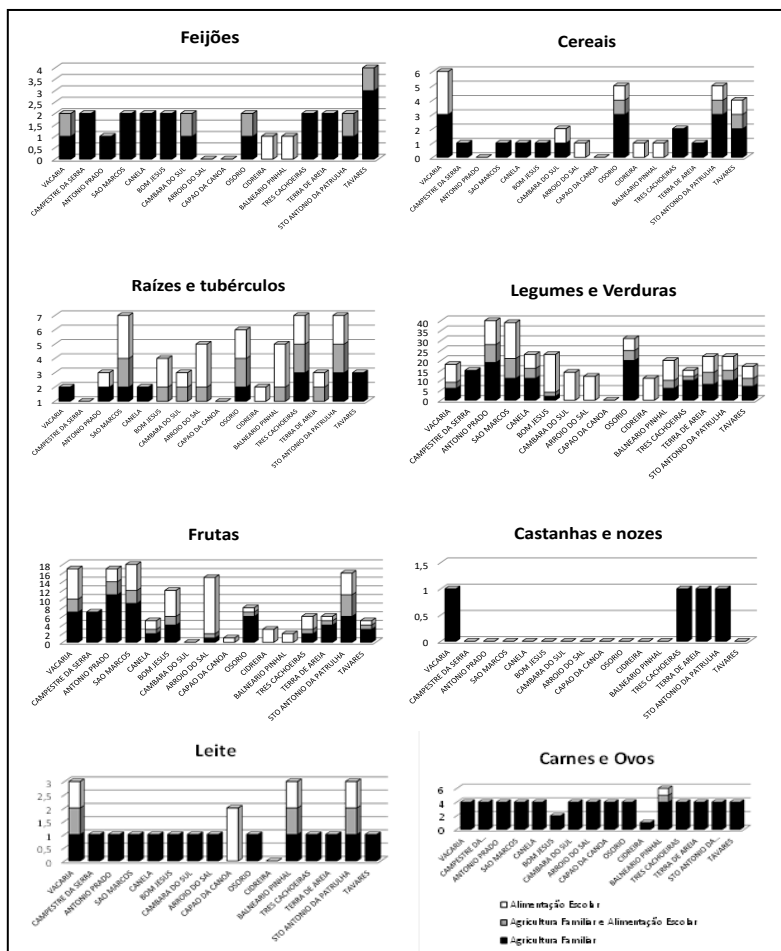
No grupo dos Leites e Queijos, em que encontramos produção em todos os municípios avaliados, apenas quatro municípios adquirem produtos da AF. Dentre estes, três adquirem do próprio município. Cabe ressaltar que diversos municípios adquirem produtos processados derivados do leite, como leite em pó, doce de leite e bebida láctea. Resultados semelhantes foram encontrados no grupo das carnes, em que apesar de todos municípios produzirem algum produto, somente o município de Balneário Pinhal relatou efetuar a compra da AF.

No território CCS, na microrregião Transição, o PNAE no município de Campestre da Serra não abastece a alimentação escolar com produtos agrícolas provenientes da AF, apenas com produtos processados originários da AF, mas não do próprio município. O município apresenta 62,5% de sua população rural, além de uma produção da AF diversificada. Entretanto, é o município que recebe o menor valor de recursos pelo FNDE (R\$16.128,00) e o percentual de aquisição da agricultura familiar não foi declarado (Tabela 2). Da mesma forma, no território do Litoral, o município de Capão da Canoa adquire somente banana, leite e produtos processados da AF (Tabela 3), atingindo os 30% de aquisição da AF, mas não adquire produtos do próprio município, o qual não produz gêneros alimentícios, com exceção do grupo carne e ovos. Essa situação pode ser explicada porque este município, o mais urbanizado e populoso do território, apresenta 0,6% de sua população rural (Tabela 1).

Esses resultados demonstram que a maioria dos municípios não adquire produtos da agricultura familiar produzidos no próprio município, o que pode indicar que o município está adquirindo produtos de municípios vizinhos ou que, como os dados de produção analisados são do ano de 2006, o município tenha se organizado para diversificar a produção e suprir a demanda da alimentação escolar. Por outro lado, esse resultado pode indicar a falta de articulação entre a gestão dos municípios e os agricultores familiares, de forma que as potencialidades da produção da AF municipal não estejam sendo incentivadas e dinamizadas por este programa que visa tanto a abastecer este mercado institucional. Entretanto, também pode estar refletindo barreiras de ordem da legislação sanitária, no acesso dos agricultores a esse programa, como é o caso da comercialização do queijo serrano no território dos Campos de Cima da Serra (CRUZ, 2012), ou do açaí-juçara no território do Litoral (LUZ, 2012).

No que se refere às limitações para o abastecimento das escolas pelos produtos da AF, foi citado: a) por 37,5% dos municípios a falta de interesse dos agricultores familiares em fornecer produtos para a alimentação escolar; b) por 37,5% dos municípios a falta de organização dos agricultores familiares; c) por 31,5% dos municípios, a incapacidade da agricultura familiar municipal de suprir a demanda da alimentação escolar. Cabe destacar que dentre estes, quatro pertenciam ao território Litoral, microrregiões Beira-mar Norte e Encosta. Dessa maneira, este resultado demonstra que a falta de produção está relacionada, tanto ao fato de serem municípios urbanizados, quanto à falta de produção local diversificada. A falta de interesse e de organização dos agricultores pode estar associada a diversos fatores, como o receio dos agricultores em expandir suas atividades e inserirem-se nos mercados institucionais, pois muitas vezes há atrasos nos repasses de recursos, a dificuldade de criação e manutenção de associações e cooperativas (TURPIN, 2008).

Gráfico 1: Análise da produção e do consumo de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar por grupos alimentares.



Fonte: dados de campo, 2015.

Como potencialidade visualiza-se que o fato das prefeituras estarem percebendo a necessidade de organização e participação no PNAE pode configurar-se em uma maior atenção do poder público para o estímulo à organização na forma de associações e cooperativas, dos agricultores familiares, permitindo sua inserção no mercado e potencializando a organização social. Ao mesmo tempo que garante ao agricultor familiar formas de comercializar seus produtos no mercado

da alimentação escolar, além de abrir possibilidades de expansão em outros mercados, visto que através do PNAE, o agricultor familiar pode gerar meios de diversificar e aumentar sua produção, qualificar seus produtos e também se organizar para propor planos de venda por território, segundo a Resolução nº4 do FNDE (2015). Assim, possibilitando formas de o agricultor familiar se desenvolver, ao mesmo tempo de visualizar o programa como um importante aliado para o desenvolvimento do território em que ele está inserido, estimulando a dinamização da economia local.

Considerações Finais

Os resultados demonstram que o fornecimento de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar encontra-se implementado em todas as microrregiões, com uma média próxima à exigida pela lei. No território CCS a média de aquisição da AF foi de 28,9%, com pequena amplitude de variação. Por outro lado, no território Litoral a média foi de 33,1%, variando de 58,4% em Santo Antonio da Patrulha e 2,3% em Tavares. Esta ampla variação demonstra a necessidade de esforços de algumas prefeituras para o cumprimento da lei em alguns municípios. Nesse cenário, as prefeituras despontam como atores importantes na dinamização do desenvolvimento territorial, as quais têm poder de apoiar e viabilizar condições para os agricultores comercializarem seus produtos neste mercado institucional.

Além disso, os resultados demonstram que todos os municípios tem produtos produzidos da agricultura familiar, entretanto são adquiridos pelo mercado da alimentação escolar em baixas quantidades em seus municípios de origem. Os grupos de alimentos que têm maior produção pela agricultura familiar e menor aquisição pela alimentação escolar são os cereais, castanhas e nozes (no caso amendoim) e leite e queijos, portanto, constituem-se em alimentos potenciais produzidos pela AF a serem incluídos no programa.

A partir da análise do PNAE nos territórios CCS e Litoral destaca-se que a maior potencialidade desse programa é a transversalidade que ele adquiriu, ao longo do tempo, nas políticas do MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Educação, o que lhe confere maior capacidade de atuação nos territórios, por ter o comprometimento de execução desses Ministérios. Tendo em vista que a política territorial nos Territórios Rurais analisados está iniciando, o Programa tem um grande potencial de se tornar uma estratégia central na dinamização desses novos

territórios, bem como na articulação entre a Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento Territorial.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao CECANE; ao Colegiado Territorial Campos de Cima da Serra e ao do Litoral; ao Observatório em Segurança Alimentar e Nutricional e ao CNPq (Processo 464106/2014-1).

Referências

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. **Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil**. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 3(7), 219-326, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v7n3/11.pdf>

BELIK, W.; SOUZA, L. R. **Algumas reflexões sobre programas de alimentação escolar na América Latina**. Planejamento e políticas públicas, 33,103-122, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171>

BELIK, W.; CHAIM, N. A. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local**. Revista de Nutrição, Campinas, 5(22), p. 595-607, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v22n5/v22n5a01.pdf>

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Brasília: DOU de 07/09/1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.784 de 14 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília: DOU de 15/12/1998.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.178-36 de 24 de agosto de 2001**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei no 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o

atendimento educacional, e dá outras providências. Brasília: DOU de 25/08/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5169-cartilha-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-e-agricultura-familiar>

CASTRO, D.; MELLO. R.S.P. **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné**. Porto Alegre: Editora Via Sapiens. 180p. 2013.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014.

COELHO-DE-SOUZA, G., PERUCHI, L., KUBO, R.R. Territórios. IN: Castro, D., Mello. R.S.P. 2013 **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné**. Porto Alegre: Editora Via Sapiens. p.70-71. 2013.

COELHO-DE-SOUZA, G.; TEIXEIRA, A.R.; RAMOS, J.; SCHREIBER, N.; WIVES, D.G.; CRUZ, F.T, MELLO, R.S.P., BEROLDT, L. **Novos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral e suas microrregiões**. In: Anais do V Seminário observatórios, metodologias e impactos: dados e participação. São Leopoldo: UNISINOS, 2015.

CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Resolução nº 94, de 23 de maio de 2013**. Incorpora Territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat, e dá outras providências. Seção 1, p. 56-61. DOU de 28/05/2013.

CRUZ, F. T. **Produtores, Consumidores e Valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

FERNANDES, P. F. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº4, de 2 de abril de 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

LUZ, L. F. **Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

PEIXINHO, A. M. L.; SCHWARTZMAN, F.; BALABAN, D.; GALANTE, A.P.; RIMKUS, L. **Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos.** O Mundo da Saúde, 35(2), 128-136, 2011. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/84/128-136.pdf

ROCHA, J. H.; ANJOS, F. S. **Uma análise histórica da questão agrária no Brasil.** Norte Científico, 7(1), 2012. Disponível em: <http://wikipit.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/view/300/139>

REBRAE. **O Conselho de Alimentação Escolar e o controle social.** Curitiba, 2010.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 1 – Abordagem Metodológica.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 5(23), 1029-1040, 2007. DOI: 10.1590/S0102-311X2007001100016

SARAIVA, E. B.; SILVA, A.P.F. SOUSA, A.A.; CERQUEIRA, G.F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 4(18), 927-936, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n4/04.pdf>

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. **Histórico, Caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural, Porto Alegre: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais PGDR p. 21-50, 2004.

SILVA, A. C. **Ética e política. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição.** Estudos Avançados, 5(23), 87-

107, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100007>

SILVA, R. R. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. Revista Virtual Textos e Contextos, 5, 1-19, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3215/321527158003.pdf>

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde e Sociedade, São Paulo, 19(4), 933-945, 2010. Disponível em: www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29715/31590

TRICHES, R. M. Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de Segurança Alimentar e Nutricional. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas à Lula. Revista de Nutrição, 4(18), 438-457, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. Integração entre a produção familiar e o mercado varejista. Brasília: Universa, 2004.